

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU

Estado de São Paulo Gabinete

Avenida Dona Evarista de Castro Ferreira nº 360 – Centro Miracatu-SP - Fone: (13) 3847-7000

Email: <a href="mailto:gabinete@miracatu.sp.gov.br">gabinete@miracatu.sp.gov.br</a> – site: <a href="mailto:www.miracatu.sp.gov.br">www.miracatu.sp.gov.br</a> – site: <a h

LEI N° 1956 DE 19 DE JUNHO DE 2020. Autor: Prefeitura Municipal de Miracatu

> "AUTORIZA DESCONTO MENSAL DE PARCELAS DE PLANO E/OU SERVIÇOS DE SAÚDE EM FOLHA DE PAGAMENTO DO SERVIDOR"

**EZIGOMAR PESSOA JUNIOR**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 34.843.565-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.089.668-11, domiciliado e residente no Município de Miracatu, Estado de São Paulo, *Prefeito Municipal*, no uso de suas atribuições legais; faço saber que a Câmara Municipal aprovou por unanimidade em sessão Ordinária Virtual realizada no dia 09 de junho de 2020 e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- **Art. 1º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder ao desconto do valor correspondente ao contrato de prestação de serviços de saúde em folha de pagamento do servidor que aderir a planos e/ou serviços de saúde junto a operadores privados de planos de saúde.
- **Art. 2º** Qualquer empresa operadora de planos e/ou serviços de saúde poderá oferecer contratação ao servidor do Município, garantindo-se os descontos na folha de pagamento do servidor nos termos da presente lei.

Parágrafo primeiro - Para que se proceda na forma prevista no caput deste artigo, será necessário que a empresa operadora de planos e/ou serviços de saúde firme convênio com a Administração Municipal, em que se garantam as exigências estabelecidas na presente lei.

Parágrafo segundo - Obrigatoriamente deverá constar do convênio previsto no parágrafo anterior cláusula expressa pela qual a empresa conveniada isenta a Administração de qualquer responsabilidade em face do vínculo obrigacional firmado para prestação dos serviços relacionados ao plano de saúde.

- **Art. 3º** Somente será permitido o desconto a que se refere esta lei, se o total de descontos em folha com convênios e outros contratos voluntariamente firmados pelo servidor não exceder a 30% (trinta por cento) de sua remuneração.
- § único Não serão contabilizados para fins do cálculo do limite estabelecido no caput os valores descontados para o Regime Geral de Previdência, para o Imposto de Renda e para outras contribuições de natureza compulsória.
- **Art. 4º** A Associação dos Servidores Públicos Municipais poderá firmar plano coletivo de assistência à saúde para adesão individual, expressa e voluntária dos servidores, desde que se assegure das seguintes garantias:
  - o valor da mensalidade a ser paga pelo servidor deverá estar dentro de parâmetros de mercado, constatado mediante pesquisa realizada pela Associação;
  - II) a cobertura do plano de saúde e/ou serviços de saúde deve estar dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

# 1877 TIPE

### PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU

#### Estado de São Paulo Gabinete

#### Avenida Dona Evarista de Castro Ferreira nº 360 – Centro Miracatu-SP - Fone: (13) 3847-7000

Email: gabinete@miracatu.sp.gov.br-site: www.miracatu.sp.gov.br

- III) a cobertura do plano de saúde deve estender-se a moléstias profissionais e ao tratamento de acidentes de trabalho e suas conseqüências;
- IV) a operadora de plano de saúde contratada deverá estar regularmente registrada na Agência Nacional de Saúde;
- IV) o contrato deverá ter cláusula pela qual a operadora de plano e/ou serviços de saúde se obriga a notificar a Administração até o dia 15 de cada mês quanto ao valor exato dos débitos a serem descontados da folha de pagamento dos servidores;
- **Art. 5º** Nos casos em que o servidor não optar por adesão ao plano oferecido pela Associação, os requisitos do artigo anterior deverão ser igualmente atendidos na contratação com a operadora de plano e/ou serviços de saúde, para permitir o acesso ao benefício do desconto em folha de pagamento previsto nesta lei.
- **Art.** 6º As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
  - Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Miracatu, 19 de junho de 2020.

# EZIGOMAR PESSOA JUNIOR Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Adriana Sardinha Almeida Superv. de Serv. Legislativo - Designada

Esta Lei encontra-se publicada na íntegra no Mural do Paço Municipal no site www.miracatu.sp.gov.br